



**Pregão Eletrônico RFB/Sucor/Copol nº 90004/2024**

**OBJETO:** Registro de preços para eventual contratação de uma Solução de Serviços Integrados para Receita Federal do Brasil com suporte e garantia por 12 (doze) meses prorrogável nos termos da lei.

**> > PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 2 < <**

O Pregoeiro, designado pela Portaria nº 364, de 15 de fevereiro de 2024, da Coordenação–Geral de Programação e Logística (Copol), da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, divulga à empresa interessada a resposta abaixo relativa ao questionamento interposto, por meio do correio eletrônico [copol.licitacao@rfb.gov.br](mailto:copol.licitacao@rfb.gov.br), no dia 5 de junho de 2024, sobre o Edital:

**QUESTIONAMENTO Nº 1:**

*“7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o serviço ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.*

*7.9.1.6. A declaração será comprovada por meio de consulta, pela RFB, ao site oficial da Microsoft, contendo o repositório de parceiros no endereço <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>”*

*Inicialmente necessário esclarecer que, a listagem indicada no item 3.2.1.4 é completamente restritiva e desnecessária para o fornecimento do produto licitado, visto que contempla um número pequeno de empresas, com isso restringindo claramente a competitividade.*

*Ainda, cabe esclarecer que, buscando a segurança no cumprimento eficaz da obrigação, a apresentação da certificação Cloud Solution Provider é suficiente para a contratação da solução pretendida.*

*Desse modo, entendemos que será aceita a comprovação de certificação CSP, estando com isso o licitante apto para participação no presente certame. Está correto nosso entendimento?”*

**RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO Nº 1:**

O entendimento está incorreto.

Em primeiro lugar, vale a pena deixar claro, que a parceria LSP (“Licensing Solution Provider”. Em tradução livre: Provedor de Licenciamento de Solução) é exatamente o que a administração pública precisa no momento, isso é, uma parceira que seja provedora da solução demandada licenciada.



Bem, o segundo ponto é que, como a listagem indicada no link seria “completamente restritiva e desnecessária para o fornecimento do produto licitado, visto que contempla um número pequeno de empresas” se a própria lista contém 17 parceiras cadastradas, aptas a darem lances na sessão pública?

O terceiro ponto é a fabricante da Solução afirma no mesmo link: “No Setor Público, informarmos que o nosso modelo de atuação no Brasil é indireto, com a necessária atuação de revendas credenciadas, seguindo-se, desta forma, uma política rigorosa de transparência e isonomia, alinhada também às regras de compras no território brasileiro, regidas pela Lei 14.133/2021 (e outras regras relacionadas). Mais detalhadamente, para os contratos de licenciamento em volume Enterprise Agreement e Select a participação nos certames públicos é feita pelos LSP (Licensing Solution Providers), anteriormente denominados LAR (Large Account Reseller). São as empresas habilitadas para tais contratos de licenciamento, e que se encontram aqui listadas.”

O que traz uma enorme garantia, transparência e segurança para a Contratante em virtude da alta dotação orçamentária a ser utilizada nesse certame. Conforme palavras da fabricante: “O procedimento de inclusão de um novo parceiro LSP é bastante complexo, envolvendo inclusive, como dito, a Microsoft Corporation e, ainda, a assinatura de um contrato de parceria LSP (com a Microsoft Corporation), e por isso podemos afirmar que, em média, é um processo que demanda 06 meses.”

De forma derradeira, o último ponto é que, pelo no Acordo Corporativo nº 08/2020 (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/arquivos/acordo-corporativo-no-8-2020-microsoft.pdf/view>), celebrado entre a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e a Microsoft, em seu item 2.6.1 é previsto o seguinte dispositivo: “As propostas comerciais, durante os processos licitatórios, serão oferecidas pelas revendas autorizadas Microsoft (Parceiros de Licenciamento) com todos os impostos cabíveis inclusos, nos termos das cláusulas 2.6.2 e 2.6.3 deste Acordo” Assim, para o cumprimento dos dispositivos presentes no Acordo Corporativo, é necessária a comprovação de revenda autorizada.

Adiciona-se o fato de que o referido Acordo apresenta, na Cláusula Terceira, como uma de suas finalidades, “promover maior eficiência e economicidade dos processos de contratação de produtos e serviços abrangidos por este Acordo no âmbito da Administração Pública”, estando em harmonia com os princípios de eficiência, economicidade, o Art. 37, XXI da Constituição Federal de 1998, bem como o Art.5 da Lei 14.133 de 2021. Dessa forma, entendemos que não há contradição deste certame licitatório com a legislação vigente.

Cabe lembrar que o fabricante do software (Microsoft) atua em licitações públicas de forma indireta através dos parceiros habilitados (parceiros LSP), e que para “garantir as mesmas condições de participação a todos as revendas, a Microsoft segue uma política de isonomia de canais, que prevê que todas as empresas parceiras terão as mesmas condições de participação no certame licitatório, sem qualquer privilégio, de qualquer natureza, a parceiro local ou específico”. Esta declaração é de acesso público e está disponível no site do fabricante: <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>.

## **QUESTIONAMENTO Nº 2:**



*Não existe nenhuma restrição para atender a modalidade solicitada no Edital em epígrafe com a modalidade CSP, que atende todas as especificações exigidas, **em todas as características solicitadas, com AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, DE SUPORTE, DE RENOVAÇÃO e DEMAIS ESPECIFICAÇÕES, considerado tão eficiente quanto o indicado no Edital.***

*Necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.555/2000, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. Vejamos.*

*Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas.*

***Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.** (Grifos nossos).*

*Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que apenas impede a participação de empresas na licitação.*

*Pelo demonstrado acima, infere-se que a exigência de modelo de contratação contida nesse Edital deve ser desconsiderada, a fim de adequar o processo licitatório ao Princípios da Ampla Concorrência e da Isonomia, com aceitação da modalidade CSP.*

*Estão corretos os nossos entendimentos?"*

## **RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO Nº 2:**

O entendimento está incorreto.

Diferentemente do que a licitante afirma, na página 175 do Edital, subitem v, afirmamos que contratação se dará na modalidade EAS.

De qualquer forma, a equipe de Planejamento esclarece que a modalidade escolhida tem como objetivo manter o parque tecnológico da Contratante atualizado e padronizado, sendo necessário o licenciamento por volume. Os benefícios e condições do Acordo Corporativo nº 08/2020, vide Anexo I item 1.4, se aplicam “aos modelos de licenciamento Microsoft EA (Enterprise Agreement), EAS (Enterprise Agreement Subscription) e SCE (Server and Cloud Enrollment), todos para Governo”.

Assim um licenciamento de modalidade diversa não atenderia aos princípios de eficiência, economicidade e otimização das contratações. Conforme afirmamos na resposta anterior, ressaltamos também que o fabricante do software (Microsoft) atua em licitações públicas de forma indireta através da sua rede de parceiros habilitados LSP (Licensing Solution Provider) para licenciamento em volume EAS (Enterprise Agreement e Select) e que para “garantir as mesmas condições de participação a todos as revendas, a Microsoft segue uma política de isonomia de canais, que prevê que todas as empresas parceiras terão as mesmas condições de participação no certame licitatório, sem qualquer privilégio, de qualquer natureza, a parceiro local ou específico”. Esta declaração é de acesso público, bem com o rol de parceiros, e está disponível no site do fabricante: <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP> Desta forma, entendemos



**Ministério da  
Fazenda**



**Receita Federal**

que não há restrição de competitividade e isonomia, e que se faz necessária a participação dos parceiros do fabricante.

Brasília-DF, 6 de junho de 2024.

**ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS**

Pregoeiro

## RE: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2024

RFOC-Licitacao Copol-CxCorp <copol.licitacao@rfb.gov.br>

Qui, 06/06/2024 19:14

Para:Cristina Moreira <vendasgov4@pisontec.com.br>

Cc:Bárbara Maria <barbara.maria@pisontec.com.br>;Deborah Delgado <Deborah@pisontec.com.br>;Jonas Calixto <prevendas.01@pisontec.com.br>

 1 anexos (332 KB)

Pedido de esclarecimentos 02.pdf;

Boa tarde!

Em atendimento ao seu pedido de esclarecimento. Eis aqui o arquivo anexado.

### Divisão de Licitações (Dilic)

Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol)

Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor)

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)

---

**De:** Cristina Moreira <vendasgov4@pisontec.com.br>

**Enviado:** quarta-feira, 5 de junho de 2024 17:55

**Para:** RFOC-Licitacao Copol-CxCorp <copol.licitacao@rfb.gov.br>

**Cc:** Bárbara Maria <barbara.maria@pisontec.com.br>; Deborah Delgado <Deborah@pisontec.com.br>; Jonas Calixto <prevendas.01@pisontec.com.br>

**Assunto:** PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2024

À

### **SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N° 90004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18220.000126/2024-31

**Objeto:** Registro de preços para eventual contratação de uma Solução de Serviços Integrados para Receita Federal do Brasil com suporte e garantia por 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei.

Prezado(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

*“7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o serviço ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.*

*7.9.1.6. A declaração será comprovada por meio de consulta, pela RFB, ao site oficial da Microsoft, contendo o repositório de parceiros no endereço*  
*<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>”*

Inicialmente necessário esclarecer que, a listagem indicada no item 3.2.1.4 é completamente restritiva e desnecessária para o fornecimento do produto licitado, visto que contempla um número pequeno de empresas, com isso restringindo claramente a competitividade.

Ainda, cabe esclarecer que, buscando a segurança no cumprimento eficaz da obrigação, a apresentação da certificação Cloud Solution Provider é suficiente para a contratação da solução pretendida.

Desse modo, entendemos que será aceita a comprovação de certificação CSP, estando com isso o licitante apto para participação no presente certame.

Está correto nosso entendimento?

## **II. POSSIBILIDADE DE OFERTAR MODALIDADE DIVERSA**

̄ Não existe nenhuma restrição para atender a modalidade solicitada no Edital em epígrafe com a modalidade CSP, que atende todas as especificações exigidas, **em todas as características solicitadas, com AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, DE SUPORTE, DE RENOVAÇÃO e DEMAIS ESPECIFICAÇÕES, considerado tão eficiente quanto o indicado no Edital.**

̄ Necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.555/2000, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. Vejamos.

*Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas.*

***Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Grifos nossos).***

Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que apenas impede a participação de empresas na licitação.

Pelo demonstrado acima, infere-se que a exigência de modelo de contratação contida nesse Edital deve ser desconsiderada, a fim de adequar o processo licitatório ao Princípios da Ampla Concorrência e da Isonomia, com aceitação da modalidade CSP.

Estão corretos os nossos entendimentos?

Agradecemos sua atenção, permanecendo no aguardo de breve resposta.

Atenciosamente,



**Cristina Moreira**

Tender Analyst

---

✉ vendasgov4@pisontec.com.br

☎ (81) 3257-5110

## RES: Pedido de Esclarecimento nº 2 - Pregão Eletrônico RFB/Sucor/Copol nº 90004/2024 - Solução de Serviços Integrados MS365

Fabio Ricardo Goncalves Bernardo <fabio.bernardo@rfb.gov.br>

Qui, 06/06/2024 10:52

Para:RFOC-Licitacao Copol-CxCorp <copol.licitacao@rfb.gov.br>;Fernando Braz de Souza <fernando.b.souza@rfb.gov.br>; Jose Fabio Soares <jose.f.soares@rfb.gov.br>;Josivan Ismael Cararo <josivan.cararo@rfb.gov.br>;Marcio Oliveira Rocha <Marcio.Rocha@rfb.gov.br>;Beatriz Maria Silveira do Sul Ferreira <beatriz-maria.ferreira@rfb.gov.br>;Vicente Eduardo Costa de Paula Pessoa <vicente.pessoa@rfb.gov.br>  
Cc:Sonia Magali Gama Machado <sonia.magali-machado@rfb.gov.br>;Danielle Carvalho Barbosa <danielle.barbosa@rfb.gov.br>;Luiz Carlos Ferreira <Luiz-Carlos.Ferreira@rfb.gov.br>

Colegas, segue sugestão de resposta. Sugiro a leitura pormenorizada do meu texto.

Caso não haja complemento à minha resposta abaixo até às 17:00, já está autorizada a sua publicação no compras.gov.br.

Obrigado

**Prezado(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),**

***“7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o serviço ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.***

***7.9.1.6. A declaração será comprovada por meio de consulta, pela RFB, ao site oficial da Microsoft, contendo o repositório de parceiros no endereço <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>”***

***Inicialmente necessário esclarecer que, a listagem indicada no item 3.2.1.4 é completamente restritiva e desnecessária para o fornecimento do produto licitado, visto que contempla um número pequeno de empresas, com isso restringindo claramente a competitividade.***

***Ainda, cabe esclarecer que, buscando a segurança no cumprimento eficaz da obrigação, a apresentação da certificação Cloud Solution Provider é suficiente para a contratação da solução pretendida.***

***Desse modo, entendemos que será aceita a comprovação de certificação CSP, estando com isso o licitante apto para participação no presente certame.***

***Está correto nosso entendimento?***

**Resposta da Equipe Técnica de Planejamento:**

**O entendimento está incorreto.**

**Em primeiro lugar, vale a pena deixar claro, que a parceria LSP (“Licensing Solution Provider”. Em tradução livre: Provedor de Licenciamento de Solução) é exatamente o que a administração pública precisa no momento, isso é, uma parceira que seja provedora da solução demandada licenciada.**

**Bem, o segundo ponto é que, como a listagem indicada no link seria “completamente restritiva e desnecessária para o fornecimento do produto licitado, visto que contempla um número pequeno de empresas” se a própria lista contém 17 parceiras cadastradas, aptas a darem lances na sessão pública?**

**O terceiro ponto é a fabricante da Solução afirma no mesmo link: “No Setor Público, informarmos que o nosso modelo de atuação no Brasil é indireto, com a necessária atuação de revendas credenciadas, seguindo-se, desta forma, uma política rigorosa de transparência e isonomia, alinhada também às regras de compras no território brasileiro, regidas pela Lei 8666/93 (e outras regras relacionadas). Mais detalhadamente, para os contratos de licenciamento em volume Enterprise Agreement e Select a participação nos certames públicos é feita pelos LSP (Licensing Solution Providers), anteriormente denominados LAR (Large Account Reseller). São as empresas habilitadas para tais contratos de licenciamento, e que se encontram aqui listadas.”**

**O que traz uma enorme garantia, transparência e segurança para a Contratante em virtude da alta dotação orçamentária a ser utilizada nesse certame. Conforme palavras da fabricante: “O procedimento de inclusão de um novo parceiro LSP é bastante complexo, envolvendo inclusive, como dito, a Microsoft Corporation e,**



*ainda, a assinatura de um contrato de parceria LSP (com a Microsoft Corporation), e por isso podemos afirmar que, em média, é um processo que demanda 06 meses.”*

De forma derradeira, o último ponto é que, pelo no Acordo Corporativo nº 08/2020 (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/arquivos/acordo-corporativo-no-8-2020-microsoft.pdf/view>), celebrado entre a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e a Microsoft, em seu item 2.6.1 é previsto o seguinte dispositivo: *"As propostas comerciais, durante os processos licitatórios, serão oferecidas pelas revendas autorizadas Microsoft (Parceiros de Licenciamento) com todos os impostos cabíveis inclusos, nos termos das cláusulas 2.6.2 e 2.6.3 deste Acordo"* Assim, para o cumprimento dos dispositivos presentes no Acordo Corporativo, é necessária a comprovação de revenda autorizada.

Adiciona-se o fato de que o referido Acordo apresenta, na Cláusula Terceira, como uma de suas finalidades, *"promover maior eficiência e economicidade dos processos de contratação de produtos e serviços abrangidos por este Acordo no âmbito da Administração Pública"*, estando em harmonia com os princípios de eficiência, economicidade, o Art. 37, XXI da Constituição Federal de 1998, bem como o Art.5 da Lei 14.133 de 2021. Dessa forma, entendemos que não há contradição deste certame licitatório com a legislação vigente.

Cabe lembrar que o fabricante do software (Microsoft) atua em licitações públicas de forma indireta através dos parceiros habilitados (parceiros LSP), e que para *"garantir as mesmas condições de participação a todos as revendas, a Microsoft segue uma política de isonomia de canais, que prevê que todas as empresas parceiras terão as mesmas condições de participação no certame licitatório, sem qualquer privilégio, de qualquer natureza, a parceiro local ou específico"*. Esta declaração é de acesso público e está disponível no site do fabricante: <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>.

## **II. POSSIBILIDADE DE OFERTAR MODALIDADE DIVERSA**

*Não existe nenhuma restrição para atender a modalidade solicitada no Edital em epígrafe com a modalidade CSP, que atende todas as especificações exigidas, em todas as características solicitadas, com AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, DE SUPORTE, DE RENOVAÇÃO e DEMAIS ESPECIFICAÇÕES, considerado tão eficiente quanto o indicado no Edital.*

*Necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.555/2000, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. Vejamos.*

*Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da proibidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas.*

*Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Grifos nossos).*

*Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que apenas impede a participação de empresas na licitação.*

*Pelo demonstrado acima, infere-se que a exigência de modelo de contratação contida nesse Edital deve ser desconsiderada, a fim de adequar o processo licitatório ao Princípios da Ampla Concorrência e da Isonomia, com aceitação da modalidade CSP.*

*Estão corretos os nossos entendimentos?*

**Resposta da Equipe Técnica de Planejamento:**



O entendimento está incorreto.

Diferentemente do que a licitante afirma, na página 175 do Edital, subitem v, afirmamos que contratação se dará na modalidade EAS.

De qualquer forma, a equipe de Planejamento esclarece que a modalidade escolhida tem como objetivo manter o parque tecnológico da Contratante atualizado e padronizado, sendo necessário o licenciamento por volume. Os benefícios e condições do Acordo Corporativo nº 08/2020, vide Anexo I item 1.4, se aplicam “aos modelos de licenciamento Microsoft EA (Enterprise Agreement), EAS (Enterprise Agreement Subscription) e SCE (Server and Cloud Enrollment), todos para Governo”.

Assim um licenciamento de modalidade diversa não atenderia aos princípios de eficiência, economicidade e otimização das contratações. Conforme afirmamos na resposta anterior, ressaltamos também que o fabricante do software (Microsoft) atua em licitações públicas de forma indireta através da sua rede de parceiros habilitados LSP (Licensing Solution Provider) para licenciamento em volume EAS (Enterprise Agreement e Select) e que para *“garantir as mesmas condições de participação a todos as revendas, a Microsoft segue uma política de isonomia de canais, que prevê que todas as empresas parceiras terão as mesmas condições de participação no certame licitatório, sem qualquer privilégio, de qualquer natureza, a parceiro local ou específico”*. Esta declaração é de acesso público, bem com o rol de parceiros, e está disponível no site do fabricante: <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP> Desta forma, entendemos que não há restrição de competitividade e isonomia, e que se faz necessária a participação dos parceiros do fabricante.

Obrigado.

Atenciosamente.

---

**Fabio Bernardo**

Presencialmente na Sarti06 – sala 311 da Delegacia da RFB em Belo Horizonte.

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Móvel e WhatsApp: (31)99201-8180 e na Sarti06: (31)3218-6035

---

**De:** RFOC-Licitacao Copol-CxCorp <copol.licitacao@rfb.gov.br>

**Enviada em:** quarta-feira, 5 de junho de 2024 18:24

**Para:** Fabio Ricardo Goncalves Bernardo <fabio.bernardo@rfb.gov.br>; Fernando Braz de Souza <fernando.b.souza@rfb.gov.br>; Jose Fabio Soares <jose.f.soares@rfb.gov.br>; Josivan Ismael Cararo <josivan.cararo@rfb.gov.br>; Marcio Oliveira Rocha <Marcio.Rocha@rfb.gov.br>; Beatriz Maria Silveira do Sul Ferreira <beatriz-maria.ferreira@rfb.gov.br>; Vicente Eduardo Costa de Paula Pessoa <vicente.pessoa@rfb.gov.br>

**Cc:** Sonia Magali Gama Machado <sonia.magali-machado@rfb.gov.br>; Danielle Carvalho Barbosa <danielle.barbosa@rfb.gov.br>; Luiz Carlos Ferreira <Luiz-Carlos.Ferreira@rfb.gov.br>

**Assunto:** Pedido de Esclarecimento nº 2 - Pregão Eletrônico RFB/Sucor/Copol nº 90004/2024 - Solução de Serviços Integrados MS365

Boa tarde!

Solicitamos à equipe técnica para responder ao pedido de esclarecimento, o mais breve possível dentro de dias úteis, referente ao Pregão Eletrônico RFB/Sucor/Copol nº 90004/2024 - Solução de Serviços Integrados MS365, processo SEI nº 18220.000126/2024-31.

## Divisão de Licitações (Dilic)

Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol)

Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor)

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)

---

**De:** Cristina Moreira <[vendasgov4@pisontec.com.br](mailto:vendasgov4@pisontec.com.br)>

**Enviado:** quarta-feira, 5 de junho de 2024 17:55

**Para:** RFOC-Licitacao Copol-CxCorp <[copol.licitacao@rfb.gov.br](mailto:copol.licitacao@rfb.gov.br)>

**Cc:** Bárbara Maria <[barbara.maria@pisontec.com.br](mailto:barbara.maria@pisontec.com.br)>; Deborah Delgado <[Deborah@pisontec.com.br](mailto:Deborah@pisontec.com.br)>; Jonas Calixto <[prevendas.01@pisontec.com.br](mailto:prevendas.01@pisontec.com.br)>

**Assunto:** PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2024

À

**SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18220.000126/2024-31

**Objeto:** Registro de preços para eventual contratação de uma Solução de Serviços Integrados para Receita Federal do Brasil com suporte e garantia por 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei.

Prezado(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

*“7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o serviço ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.*

*7.9.1.6. A declaração será comprovada por meio de consulta, pela RFB, ao site oficial da Microsoft, contendo o repositório de parceiros no endereço <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>”*

Inicialmente necessário esclarecer que, a listagem indicada no item 3.2.1.4 é completamente restritiva e desnecessária para o fornecimento do produto licitado, visto que contempla um número pequeno de empresas, com isso restringindo claramente a competitividade.

Ainda, cabe esclarecer que, buscando a segurança no cumprimento eficaz da obrigação, a apresentação da certificação Cloud Solution Provider é suficiente para a contratação da solução pretendida.

Desse modo, entendemos que será aceita a comprovação de certificação CSP, estando com isso o licitante apto para participação no presente certame.

Está correto nosso entendimento?

## **II. POSSIBILIDADE DE OFERTAR MODALIDADE DIVERSA**

Não existe nenhuma restrição para atender a modalidade solicitada no Edital em epígrafe com a modalidade CSP, que atende todas as especificações exigidas, **em todas as características solicitadas, com AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, DE SUPORTE, DE RENOVAÇÃO e DEMAIS ESPECIFICAÇÕES, considerado tão eficiente quanto o indicado no Edital.**

Necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto no Decreto Federal n.º 3.555/2000, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. Vejamos.

*Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da*

*igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas.*

***Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Grifos nossos).***

Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que apenas impede a participação de empresas na licitação.

Pelo demonstrado acima, infere-se que a exigência de modelo de contratação contida nesse Edital deve ser desconsiderada, a fim de adequar o processo licitatório ao Princípios da Ampla Concorrência e da Isonomia, com aceitação da modalidade CSP.

Estão corretos os nossos entendimentos?

Agradecemos sua atenção, permanecendo no aguardo de breve resposta.

Atenciosamente,



**Cristina Moreira**

Tender Analyst

---

✉ vendasgov4@pisontec.com.br

☎ (81) 3257-5110